

## “Nem Tudo é Perdido, Nem Tudo é Ruim”: As Articulações do Coletivo Vozes da Rua para o Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 em Juiz de Fora – MG

### “Not Everything Is Lost, Not Everything Is Bad”: The Articulations of the Vozes da Rua Collective to Confront the Covid-19 Pandemic in Juiz de Fora – MG

\*Joyce Louback Lourenço<sup>1</sup> 

#### Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa sobre a militância cultural periférica, a partir da formação de estratégias de luta mobilizadas pelo Coletivo Vozes da Rua no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no município de Juiz de Fora-MG. Analisamos a coalizão formada pelo Coletivo Vozes da Rua e os movimentos sociais Levante Popular da Juventude e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que formou a campanha “Periferia Viva”, iniciativa nacional de solidariedade àqueles que sofreram perdas substanciais durante a pandemia. Buscamos compreender como o processo de construção de subjetividades periféricas e solidárias é atravessado por práticas culturais capazes de mobilizar atores sociais diversos em torno de demandas urgentes e formar repertórios de luta coincidentes entre diferentes movimentos sociais.

**Palavras-chave:** ação coletiva; pandemia; repertórios.

#### Abstract

This paper presents the results of a research on peripheral cultural militancy, from the formation of strategies of struggle mobilized by the Coletivo Vozes da Rua in confronting the pandemic of Covid-19 in the city of Juiz de Fora-MG. We analyze the coalition formed by Coletivo Vozes da Rua and the social movements Levante Popular da Juventude and Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), which formed the campaign “Periferia Viva”, a national initiative of solidarity with those who suffered substantial losses during the pandemic. We seek to understand how the process of construction of peripheral subjectivities and solidarity is crossed by cultural practices capable of mobilizing diverse social actors around urgent demands and forming repertoires of struggle that coincide among different social movements.

**Keywords:** collective action; pandemic; repertoires.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Departamento de Fundamentos da Educação (FE/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6891-4085>.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo ampliar as discussões sobre o associativismo e a militância cultural periférica como formato organizacional potente para a compreensão das formas de ação coletiva possíveis em contextos autônomos. Analisamos as estratégias de luta mobilizadas pelo Coletivo Negro Vozes da Rua no enfrentamento à pandemia da Covid-19 no município de Juiz de Fora - MG. Mais especificamente, perscrutamos a campanha "Periferia Viva", iniciativa nacional de solidariedade direcionadas àqueles que sofreram perdas substanciais durante a pandemia<sup>2</sup>. A pesquisa analisou a natureza da articulação entre o Coletivo com os movimentos sociais Levante Popular da Juventude e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Buscamos compreender como se dá a construção de subjetividades periféricas e solidárias, as quais são atravessadas por práticas culturais capazes de mobilizar atores sociais diversos em torno de demandas urgentes e que articulam saberes estético-corpóreos (GOMES, 2017, p. 81) forjados no âmbito das lutas sociais. Observamos, ainda, a formação de repertórios e estratégias de luta que estão no bojo desta frente de luta.

Mobilizamos como abordagem metodológica do trabalho as etnografias em plataformas digitais. Tendo em vista as possibilidades abertas à análise das redes sociais e dos modos de comunicação possibilitadas pelas diferentes mídias eletrônicas, entendemos que tal metodologia pode colaborar para a realização de pesquisas qualitativas no ambiente virtual. A partir das contribuições de Jörgen Skågeby (2011), optamos por fazer entrevistas online com os militantes do Coletivo Vozes da Rua, entre os dias 23 e 26 de março de 2021. A despeito de algumas limitações, como reforça Skågeby, as entrevistas online permitem a efetivação da pesquisa em contextos geograficamente limitados, como acontece em um contexto de emergência sanitária. Nas entrevistas destacamos a participação dos integrantes na campanha "Periferia Viva", suas trajetórias de luta na cidade, a construção de identidades militantes, e como se deu a articulação com o Levante Popular da Juventude e o MST, iniciativa inédita para o Coletivo.

Concluimos que a campanha "Periferia Viva" se tornou uma possibilidade real de engendrar novas cartografias e experiências associativas constituídas entre os ambientes presencial e virtual. Chamamos atenção para os modos como os repertórios de luta do Coletivo e dos movimentos sociais envolvidos na campanha "Periferia Viva" foram construídos e mobilizados pelos militantes. A constatação da insuficiência do Estado é uma marca deste repertório, o qual se tornou o ponto de partida para a organização das ações em curso. O associativismo cultural nas periferias pode ser compreendido por tais dinâmicas de luta, reveladoras das peculiaridades dos coletivos, associações e toda sorte de engajamentos militantes naqueles territórios.

O texto está estruturado da seguinte maneira: a primeira sessão apresenta brevemente a formação do Coletivo Vozes da Rua, imbricada com a fundação do bairro Santa Cândida, na cidade de Juiz de Fora. Já na segunda parte descreveremos as ações

---

<sup>2</sup> O artigo é resultado do projeto "O associativismo cultural periférico como prática educativa: uma análise da atuação do coletivo Vozes da Rua", desenvolvido durante o estágio de pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd /UERJ), sob orientação do Prof. Gustavo Coelho.

realizadas pelo Coletivo Vozes da Rua, do Levante Popular da Juventude e o MST que sustentaram a campanha “Periferia Viva”. Por fim, discutiremos as formas de elaboração de repertórios mobilizados pelo Coletivo Vozes da Rua no contexto das ações que visavam atender as demandas das regiões periféricas de Juiz de Fora.

## **1. Notas Metodológicas sobre Etnografias Digitais: Pesquisa Empírica em Tempos Pandêmicos**

A partir da eclosão da pandemia da Covid-19 no primeiro trimestre do ano de 2020, a realização da pesquisa de campo prevista para a presente pesquisa foi sensivelmente modificada. Com a exigência de isolamento social e a consequente interrupção das reuniões do Coletivo Vozes da Rua e dos eventos culturais em todo o país, a decisão tomada foi a de propor uma abordagem metodológica que pudesse contemplar os desafios da conjuntura. Optamos por mobilizar as etnografias em plataformas digitais (FERRAZ, 2019; LEITÃO; GOMES, 2017), tendo em vista as possibilidades abertas à análise das redes sociais e dos modos de comunicação nas diferentes mídias eletrônicas.

O trabalho de Jörgen Skågeby (2011) propõe caminhos interessantes para que se proceda a coleta de dados segundo a prática da etnografia digital e da análise sobre os fenômenos sociais no ciberespaço. O autor define três usos mais frequentes na prática da etnografia online, quais sejam: a) a coleta de dados, que estejam arquivados como listas de e-mails, blogs, caixas de comentário etc.; b) a observação online, cujo objetivo é compreender como a comunidade virtual funciona, em especial, segundo a perspectiva dos seus usuários. A partir do olhar para as discussões, mensagens compartilhadas, perfis dos membros entre outras fontes, busca-se entender as principais formas de atuação dos atores sociais nas redes; e c) as entrevistas online, que podem ser performadas de maneira síncrona ou assíncrona. As entrevistas online sincronizadas são realizadas com as câmeras ligadas, em tempo real, enquanto aquelas feitas de maneira não sincronizada podem ser feitas por email (SKÅGEBY, 2011, p. 414-417).

A despeito de algumas restrições, como reforça Skågeby, as entrevistas online permitem a realização da pesquisa em contextos geograficamente limitados, como acontece na conjuntura atual. Desta forma, escolhemos realizar entrevistas semiestruturadas online<sup>3</sup> com os militantes do Coletivo Vozes da Rua, de maneira sincronizada, em tempo real, com as câmeras ligadas, entre os dias 23 e 26 de março de 2021. O contato com os militantes do Coletivo está em andamento desde 2019, quando tive um primeiro encontro com Adenilde Petrina, uma de suas fundadoras, e acompanho os trabalhos do Vozes da Rua por meio de suas redes sociais e eventos realizados na cidade de Juiz de Fora ao longo dos anos. Entre avanços e contratemplos, a partir do fim de 2020 estabelecemos contatos maiores que resultaram em quatro encontros virtuais com os militantes: Adenilde Petrina Bispo, 68 anos; Sara Zigler de Oliveira, 25 anos; Giovani Duarte Verazzani (Poeta Verazz), 36 anos; Yuri Fortunato

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que, para fins da ética em pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi adaptado para entrevista online. O consentimento foi dado pelos participantes da pesquisa durante a gravação dos depoimentos. Além disso, enviei o Termo de Consentimento por escrito, o qual foi analisado pelos participantes da pesquisa anteriormente às entrevistas.

de Souza, 20 anos; Vitor Marques (Vitu), 28 anos; Matheus Moreira (Mohammed), 19 anos; Wenderson Marcelino (Zangão), 35 anos; e Marcos (Markin), 23 anos.<sup>4</sup>

Nas entrevistas foram abordadas a relação dos militantes com o Coletivo, seu processo de ingresso e de formação política. Perguntamos aos entrevistados qual era a avaliação das atividades do Coletivo ao longo do ano de 2020 até o início de 2021. E ainda destacamos a participação dos integrantes nas duas principais frentes de atuação do Vozes da Rua neste último ano: o festival Agosto Negro e a campanha nacional “Periferia Viva”. Nas entrevistas, os participantes contaram suas experiências pessoais no bairro Santa Cândida, trajetórias que se cruzam com as vivências nas regiões periféricas da cidade, da mesma forma que todas elas convergem para a casa de Adenilde Petrina, intelectual pública fundamental para Juiz de Fora. Questionamos, ainda, qual seria a avaliação dos membros do coletivo sobre a situação das juventudes negras em Juiz de Fora, eixo de análise e de atuação importantes. As perspectivas sobre esta população, assim como os modos como os participantes vislumbram futuros possíveis pós-pandemia, compõem o roteiro de entrevistas semiestruturadas, cujo desenrolar incluíram as memórias de décadas passadas, os relatos de casos de racismo e violência policial, os exemplos de construção das identidades militantes, entre outros assuntos.

### 1.1. Breve história do Coletivo Vozes da Rua

Fundado em 1965, o bairro Santa Cândida, situado na zona leste da cidade de Juiz de Fora, foi construído a partir da organização de moradoras em torno de demandas estruturais, tais como calçamento das ruas, saneamento básico, acesso à luz, água etc. As lutas pelo atendimento de tais reivindicações confluíram na formação da Sociedade Pró Melhoramento (SPM) do bairro que, já na década de 1980, ganhou um salão próprio, além da construção de uma escola e do salão de reunião das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Adenilde Petrina Bispo é remanescente deste período. Filósofa de formação, a professora aposentada e Doutora Honoris Causa da Universidade Federal de Juiz de Fora tornou-se uma referência para os movimentos populares na cidade (MORAIS, 2017). Entre as décadas de 1970 e 1990, Adenilde atuou em diversas frentes importantes, como a secretaria da SPM do Santa Cândida, o Grupo de Estudos Afrobrasileiros Acotirene, o Grupo de Teatro “Nóis Todos!”, a Catequese do bairro e a Rádio Comunitária Mega FM (PETRINA, 2020, p. 11). A história da Mega FM em Juiz de Fora tem início no dia 19 de junho de 1997 como um desdobramento das atividades culturais realizadas no bairro, tais como os bailes *black* realizados pela equipe de som SpaceLab, dos esforços dos alunos de uma das escolas do bairro, e do DJ Nonô, agitador cultural do Santa Cândida e região.

---

<sup>4</sup> O responsável por intermediar as entrevistas foi Matheus (Mohammed). Iniciamos as conversas em meados de 2020. Naquele momento, vivíamos uma fase mais restritiva da circulação de pessoas em Juiz de Fora e, por isso, as reuniões presenciais do coletivo estavam suspensas. Esperava-se uma melhora das condições sanitárias nos meses seguintes, o que oportunizaria a volta às atividades normais. Como é sabido, entre o fim de 2020 e os primeiros meses de 2021, houve uma piora considerável no que diz respeito ao contágio do CoronaVírus. Com as restrições impostas, a pesquisa foi interrompida algumas vezes e, a partir de fevereiro deste ano, as conversas foram retomadas. A partir da votação dos membros em reunião online, a concessão das entrevistas foi aprovada. Mohammed e eu tratamos dos detalhes via troca de mensagens no aplicativo de mensagens Whatsapp. O ativista definiu com os demais membros do Coletivo quem poderia participar das entrevistas, qual dia e horário. Desde a definição das datas, todas as entrevistas correram como o previsto.

Entre os anos de 1997 e 2005, a rádio Mega FM foi responsável pela formação política e cidadã da comunidade. A programação contava com representações de diversos movimentos sociais e moradores dos bairros adjacentes e encaminhou discussões acerca de temas fundacionais, que se tornariam, posteriormente, os pilares do Coletivo Vozes da Rua. O intuito da rádio era organizar os jovens das periferias de Juiz de Fora em torno dos princípios da cultura *Hip Hop*, vinculando a difusão de informação à militância do Movimento Negro e à produção cultural periférica (NASCIMENTO, 2010, 2011). A experiência da Rádio Comunitária forjou práticas autônomas, que projetou os moradores do bairro como proponentes de programas, ou como participantes esporádicos que utilizavam o espaço da rádio para apresentar suas demandas e opiniões. Assim, “falar em uma rádio comunitária pode significar sair da cultura do silêncio. Dar a palavra, como em uma emissora comunitária, pode ser o início ou o reforço para se tomar a história pela mão e transformar a realidade”. (LAHNI, 2008, p. 3).

Em entrevista, Adenilde Petrina comenta sobre a organização do Coletivo depois da experiência da rádio comunitária:

*Nós não temos mais a rádio Mega, mas nós temos a voz dos poetas, né, que denunciam e anunciam um tempo novo, e que mostra que a comunidade tem gente inteligente, tem gente que pensa, tem intelectuais orgânicos, né, e não é só violência; nós temos arte e cultura, e temos esperança que o outro mundo é possível.*

Após o fechamento da rádio pela Polícia Federal, a militância organizada em torno das atividades culturais foi descentralizada em outras frentes, sendo uma delas o Coletivo Vozes da Rua. Fundado em 21 de março de 2013. O Coletivo Vozes da Rua é resultado das ações culturais da juventude do bairro Santa Cândida. O coletivo agregou pessoas de várias regiões da cidade em torno do *Hip Hop* e criou uma importante rede de colaboração entre jovens periféricos. Além disso, sua atuação oferece informação e conhecimento sobre a história das populações negras brasileiras, ao proporcionar encontros, festivais, e eventos que viabilizem trocas genuínas, e que contribuam para a articulação dos grupos que produzem cultura e educação nas periferias de Juiz de Fora (AGOSTO NEGRO-COLETIVO VOZES DA RUA, 2014).

As atividades mais significativas desenvolvidas pelo *Coletivo Vozes da Rua* são o *Agosto Negro* e o *Slam de Perifa*. O *Agosto Negro*<sup>5</sup> é um encontro que ocorre desde 2003 e promove iniciativas como rodas de conversa, shows, oficinas em escolas e demais apresentações culturais que contam com a colaboração de artistas da cidade e de outras regiões do país. O intuito do evento é discutir temas pertinentes à população negra e promover, junto às comunidades, ações que fomentem o protagonismo deste grupo na cidade. Já o *Slam de Perifa* é realizado em Juiz de Fora desde 2017 (MARQUES, 2019) ocorre mensalmente, de maneira alternada, sempre uma edição na escola do bairro Santa Cândida e em alguma escola situada em comunidades periféricas próximas ao referido bairro.

A partir do *Agosto Negro* e do *Slam de Perifa*, o Coletivo Vozes da Rua se organizou em frentes de ação que partem do bairro Santa Cândida e se espraiam nos bairros periféricos de Juiz de Fora. Um dos eixos mais importantes da atuação do coletivo é sua articulação com a Escola Municipal Santa Cândida. Todos os

<sup>5</sup> O *Agosto Negro* foi criado nos Estados Unidos na década de 1970 para celebrar a cultura negra. Seus eventos foram replicados ao redor do mundo nas décadas seguintes e chegaram ao Brasil nos anos 2000.

entrevistados desta pesquisa foram unânimes em citar a escola como um polo formador importante para os militantes e para a comunidade em geral. A escola municipal Santa Cândida, de forma permanente, colabora para a realização de eventos culturais, cuja repercussão é sentida por uma geração de alunos e egressos.

Yuri Fortunato Sousa, ajudante de obra, e Matheus Moreira, o Mohammed, estudante e trabalhador informal, são crias do bairro e da Escola Municipal Santa Cândida. A passagem pela escola foi determinante para a formação política e cidadã que resultou no ingresso de ambos no Coletivo Vozes da Rua. Yuri está no Vozes da Rua há mais ou menos 5 anos, enquanto Mohammed entrou no coletivo entre 2017 e 2018. Ambos relatam a importância da escola para a sua formação enquanto ativistas, poetas e educadores populares. A experiência pregressa nas atividades escolares incentivou os alunos a organizar as ações que foram o embrião do *Slam* de Perifa. Yuri relata brevemente como as propostas pedagógicas da Escola Municipal Santa Cândida articularam movimentações importantes no bairro.

*A escola santa cândida ela é uma ótima formadora, assim, de indivíduos, assim, que, assim, na época que eu estudei lá tinha um mini jornal, ela incentivava os alunos a se debruçar sobre esse gênero, tá ligado? Tinha várias oficinas de capoeira, de grafite, sabe, era um misto, assim, e a escola ela sempre proporcionava... eu não peguei essa época, mas depois quando eu voltei lá pro Santa Cândida, eu percebi que eles colocaram como cotidiano fazer sarau toda semana, tá ligado? (SOUSA, 2021)*

A passagem pela escola também foi decisiva para a formação política de Yuri e Mohammed. Mohammed chama atenção para a centralidade da escola para comunidade, em que se torna uma referência dos moradores.

*[...] eu e o Yuri era dois moleque que, tipo assim, se não fosse o ambiente que a escola proporciona de conhecer evento cultural, da gente acabar chegando no Coletivo, da gente acabar chegando no Levante da vida, que levou a gente pra outras mil experiências, a gente não tinha saído do lugar, a gente tava parado, talvez, só memo aí trabalhando, correndo atrás de um emprego, igual geral, não que a gente não esteja, mas tipo assim, sem visão nenhuma, mais desesperado ainda, né – ou não, porque às vezes conhecimento deixa nós mais desesperado. Mas, acho que é por isso que a gente se preocupa tanto. Não fosse a experiência pessoal minha, se não fosse a escola, eu justamente não sei onde que eu tava, por conta de uma caminhada minha. (MOREIRA, 2021)*

A Escola para a realização das reuniões do Coletivo, assim como o incentivo dos professores, é uma das principais parceiras do Coletivo Vozes da Rua, tornando-se um espaço apropriado pelos jovens de maneira irrestrita. O uso da quadra de esportes para a organização dos eventos e das salas de aula aos sábados direção da escola para que os *slams* aconteçam com a participação dos alunos e ex-alunos revelam uma prática pedagógica que não se enquadra nos parâmetros das epistemologias dominantes (GOMES, 2017). O protagonismo juvenil e as formas de produzir conhecimento a partir de uma lógica emancipadora fazem das atividades do *Coletivo Vozes da Rua* uma proposta assentada na educação como prática de liberdade (HOOKS, 2017).

Um dos principais produtos desta colaboração foi o documentário “Iris da Candinha”. Produzido entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017, o curta-metragem de 15 minutos de duração, financiado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura “Murilo Mendes” (JUIZ DE FORA, 2021), mobilizou seis alunos do cursinho popular que funciona na Escola Municipal Santa Cândida. A partir da realização de oficinas de produção de vídeo, os alunos do cursinho utilizaram tablets e celulares para contar a história do bairro e de seus moradores. Um dos articuladores do pré-vestibular comunitário na escola do bairro é o Levante Popular da Juventude, onde atua desde 2015 (LEVANTE POPULAR DA JUVENTURA JF, 2019), tornando-se um colaborador definitivo do Coletivo Vozes da Rua.

A partir da articulação entre o Coletivo Vozes da Rua, a Escola Municipal Santa Cândida e o Levante Popular da Juventude, organiza-se uma rede de atuação para os eventos políticos e culturais nas regiões periféricas de Juiz de Fora. As escolas públicas das áreas mais vulneráveis da cidade tornam-se espaços de pesquisa, produção cultural e formação cidadã. Essa base de organização popular autônoma foi o sustentáculo das ações desenvolvidas no contexto da pandemia da Covid-19.

## 2. [...] “Nem Tudo é Perdido, Nem Tudo é Ruim”<sup>6</sup>: As Articulações do Coletivo Vozes da Rua para o Enfrentamento à Pandemia

A pandemia da Covid-19 suspendeu as atividades do Coletivo Vozes da Rua por tempo indeterminado. A ausência do “olho no olho”, da interação entre militantes, poetas e estudantes, e a memória do fazer coletivo são sentidas pelos entrevistados e frequentemente tematizadas por eles em suas falas, e justificam a opção dos militantes em não transferir todas as atividades para o ambiente virtual. O reforço dos mecanismos de produtividade em meio à emergência sanitária tornou-se uma questão amplamente debatida no coletivo.

Mesmo assim, o ativismo cultural preconizado pelo coletivo ganhou contornos novos com a realização de atividades importantes de forma virtual, como o festival *Agosto Negro* através de *lives* no Facebook. Como ocorre anualmente, o tema discutido foi escolhido pelos militantes em suas reuniões. Em 2020, o festival ocorreu entre os dias 26, 27 e 28 de agosto. No ano pandêmico, o Vozes da Rua escolheu debater o Mulherismo africano (COLLINS, 2017), perspectiva organizadora de muitos posicionamentos internos do grupo.

Se a manutenção dos eventos culturais, eixo fundamental do coletivo, é uma questão de ainda em discussão, a organização dos militantes em torno das demandas trazidas pela pandemia tornou-se uma necessidade a ser suprida de imediato. O Coletivo encabeçou atividades de assistência social que, segundo o entrevistado Giovani Duarte Verazzani, o Poeta Verazz, não são originalmente trabalho dos participantes. Verazz, que é graduado em letras, professor e servidor público federal, cedeu o próprio veículo para fazer atividades de compra de alimentos, entrega de cestas básicas etc. Segundo o entrevistado, sua atuação individual e enquanto parte do coletivo se justifica porque, nas suas palavras “[...] a fome vinha bater na minha porta todo dia, sabe? Então, assim, tem sido difícil, muita gente do coletivo também tá precisando.” Já o ativista Vitor Marques, o Vitu, estudante desempregado, reafirmou a opção do Vozes da Rua em assumir a formação de uma rede de ações direcionadas ao atendimento da população. Em suas palavras:

<sup>6</sup> Trecho da fala de Adenilde Petrina, em entrevista concedida a autora, dia 23/03/2021.

*Quando a pandemia começou e em 2020 começou a quarentena etc., a gente já tava com uma série de planos pra eventos. Infelizmente, a gente não tinha conseguido passar na FUNALFA<sup>7</sup>, a gente não tava com edital, mas mesmo assim a gente ia tocar o slam, a gente tava com um documentário pra gravar, várias ideias já, mas, enfim, barrou tudo. E aí, a gente começou, a gente se juntou a alguns outros movimentos, que é o MST e o Levante no Periferia Viva [...]. Só que como foi um trabalho que a gente não tinha experiência, a gente começou praticamente do zero.*

A colaboração já mencionada entre o Coletivo Vozes da Rua, o Levante Popular da Juventude<sup>8</sup> e a Escola Municipal Santa Cândida incluiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)<sup>9</sup> no enfrentamento às perdas econômicas provocadas pelo CoronaVírus em Juiz de Fora. Juntos, os movimentos sociais conduziram a campanha “Periferia Viva”, iniciativa nacional que organizou a doação de alimentos, itens de higiene e limpeza e máscaras protetoras para serem distribuídas por todas as regiões da cidade. Outro ato significativo foi a realização de um show online para arrecadar fundos que pudessem financiar a continuidade das ações na cidade, como a manutenção da entrega de alimentos produzidos em áreas de Reforma Agrária e kits com material pedagógico para os alunos matriculados na escola do bairro Santa Cândida (SOUZA; CASSAB, 2020). A campanha Periferia Viva doou, ao longo de 2020, 189 cestas para 20 bairros periféricos de Juiz de Fora. A arrecadação de fundos através de depósitos e transferências bancárias continuaram ao longo de 2021, assim como a entrega de alimentos orgânicos produzidos no assentamento do MST.

A organização do Periferia Viva repercutiu de maneira significativo junto aos membros do Coletivo. Mohammed chama atenção para a falta de experiência dos três movimentos neste tipo de atividade. O ativista justifica a chegada do MST nesta articulação a partir de antigos contatos feitos com o Coletivo. Segundo Mohammed e Vitu, sempre houve uma admiração mútua entre os respectivos movimentos sociais. O MST é considerado um modelo para o Vozes, no que diz respeito à sua organização interna e dos projetos de saúde, educação, agricultura familiar etc. O intercâmbio entre os movimentos começou nos tempos da rádio comunitária, além das várias visitas feitas ao assentamento Dênis Gonçalves, localizado em Goianá, município da Zona da Mata mineira.

Há algumas nuances importantes no modelo de ação coletiva citada. A gestão da pandemia nas periferias urbanas consolidou-se, como dissemos, nas frestas da ação do Estado. A dinâmica emergencial das comunidades encontra ressonância com o ritmo de atuação das diversas esferas governamentais. Em um primeiro momento, a exigência do isolamento social e o impacto desta medida junto às classes populares escancarou a

<sup>7</sup> Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA, responsável pela política cultural do município de Juiz de Fora – MG.

<sup>8</sup> A construção do Levante Popular da Juventude remonta aos anos 2000, com as primeiras experiências de organização da juventude no Rio Grande do Sul, junto à Via Campesina. Em 2006 o Levante foi fundado, e entre 2011 e 2012 as iniciativas do movimento construíram um setor nacional. Como projeto político principal, o Levante considera a defesa de um “projeto democrático e popular como estratégia para a construção da Revolução Socialista no Brasil.” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2022).

<sup>9</sup> A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) vincula-se às resistências populares construídas no Brasil. Fundado em 1984, o MST nasce com três objetivos principais: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”. Nestas três décadas de atividades, o movimento introduziu no debate público questões fundamentais como democratização do acesso à terra e a Reforma Agrária, além de questionar o modelo hegemônico do agronegócio. (MST, 2022).



insuficiência estatal em atender plenamente territórios mais vulneráveis. Segundo Vitu, havia certa responsabilidade do Coletivo em atender moradores que estão em situação de indignância, mesmo que a atividade do Coletivo seja de outra ordem.

*E, na pandemia, como a situação política brasileira, e sanitária, e ética, e econômica ficou mais tensa ainda, mais caótica ainda, teve mais barbárie ainda, né, o coletivo meio que se viu no papel de ampliar ainda mais a intensidade dele de trabalho de base, assim, de meter a mão na massa mesmo. Então, se a gente já fazia um trabalho de agitar evento cultural, de agitar conversa, de agitar roda de encontro, geralmente em bairro periférico, tudo, quando você tem um agravamento de um caos que a recomendação mais básica da OMS no mundo todo é as pessoas ficarem em casa, de ter que fechar as coisas, e você tem um país que não tem nenhuma política social, uma política pública que dê conta disso, a gente se vê na obrigação de fazer algo pra galera que tá mais vulnerável, assim, porque a gente começou a pensar, assim, em distribuição de alimentos, de arrecadação, enfim, é coisa básica mesmo.*

A senda aberta pela inação governamental nos conduz a uma reflexão sobre a autonomia dos movimentos periféricos no processo de enfrentamento à pandemia. O exemplo mais pujante das iniciativas articuladas neste último ano é a articulação da favela de Paraisópolis, em São Paulo, que alcançou um patamar interessante de liderança e gestão da crise (LIMA, 2021). A fim de mitigar as perdas econômicas e sociais, a comunidade paulistana conseguiu elaborar planos de controle da pandemia em seu território, os quais incluíram a estrutura da associação de moradores e a designação de presidentes de rua. Tal função voluntária foi responsável pelo monitoramento dos sintomas da Covid-19 junto às famílias das comunidades, a conscientização dos moradores sobre o vírus, a distribuição de cestas básicas, entre outras ações. Podemos entender que no Santa Cândida, segundo os militantes do Vozes, o foco das ações está na oferta de materiais básicos aos moradores e no investimento em comunicação com os moradores. Há um envolvimento dos residentes na comunidade na participação das atividades de arrecadação e entrega dos alimentos. Ainda que de modo incipiente, as ações de enfrentamento foram – e estão sendo – levadas a cabo para a formação de uma rede importante de sustentação de bairros sem grandes recursos.

A entrega de alimentos, vinculada à ação do MST, abre possibilidades para a reflexão do impacto da pandemia junto às classes populares. Em sua entrevista, Sara Ziegler, trabalhadora informal e cartomante, diz que a quarentena “ativou o modo sobrevivência”, sobretudo, junto aos jovens negros, grupo etário/racial bastante afetado. No entanto, Adenilde chama atenção para a situação dos idosos do bairro, que dependeriam mais de ajuda do que outros grupos. A entrevistada chama atenção para a situação dos idosos que não tem renda, ou aqueles que não tem filhos ou netos matriculados na escola, que oferece cesta básica aos alunos. Enfim, há uma ideia geral sobre os modos como a pandemia se estendeu e agravou uma situação já bastante precária.

A pandemia tem gênero, idade, território e raça. Em uma de suas falas, Adenilde citou uma confiança das moradoras do Santa Cândida, atendida pelo “Periferia Viva”: “Ó, tem um tempão que eu não consigo comer verdura, só arroz, feijão e macarrão, porque tá tudo muito caro e não dá pra gente comprar.”. A presença do MST nas ações de entrega de alimentos expõe um dos braços mais importantes dos problemas estruturais que estão em jogo neste período.

A experiência de produção e doação de alimentos orgânicos pelo movimento propõe uma discussão substancial sobre o acesso a alimentação em um mercado atravessado pelo agronegócio e a pauperização da vida. Achille Mbembe (2016), a partir do conceito de *necropolítica*, nos fornece aportes sobre as tecnologias que viabilizam o exercício do biopoder. As feições da subsunção da vida a um projeto de morte (MBEMBE, 2016, p. 146) ganham novos contornos no contexto pandêmico. Os vários mundos da morte citados por Mbembe se cristalizam como horizonte único para corpos considerados descartáveis pelo Estado e o Mercado. Neste sentido, a tematização da insegurança alimentar no Brasil tornou-se premente para a compreensão do empobrecimento das classes populares, em especial, das populações negras. A forma como o MST apresenta sua crítica ao sistema alimentar, a partir de um viés decolonial que resgata a discussão acerca do acesso à alimentação saudável como um direito humano, nos conduz a uma reflexão sobre as limitações estruturais das ações de atendimento das necessidades emergenciais das periferias brasileiras.

Territorializar e racializar a pandemia nos desloca para uma encruzilhada que tem significado importante para as juventudes imbricadas neste processo. Os entrevistados chamam atenção para a ausência da escola no presente e na precariedade que se desdobrará no futuro. Os poucos recursos de que dispõem os alunos está no centro tanto do aproveitamento do ensino remoto, quanto nas possibilidades abertas à produção audiovisual, seja no coletivo ou na escola. Relata-se que tem acontecido colaborações entre a Escola Municipal Santa Cândida e o coletivo, através de vídeos educativos para os alunos. No entanto, há ausências que não são supridas por outros meios e agentes. De acordo com Mohammed,

*É a escola que junta os morador, é na escola que tem os evento, é na escola que tem a horta comunitária lá, que as criança tem contato com a terra, é na escola que os pais e as criança vai. Então, quando cê fecha esse ambiente, é muito complicado, porque... aí o que vai ficar aberto é a igreja e a biqueira. É dois ambiente que a juventude vai tá, e dois ambiente que ela vai tá à mercê de muita coisa que, infelizmente, acontece de atrasar de atrasar o lado dela. O que a gente vê é isso, a gente já saca isso.*

A reflexão da entrevistada Sara aponta para o desmonte de certa estrutura de proteção social erigida institucionalmente nas últimas duas décadas. Ela chama atenção para a erosão das perspectivas de futuro que, de alguma forma, se apresentavam para os jovens negros oriundos das periferias de Juiz de Fora. Conforme Sara diz, “*não tem emprego, não tem aula direito, poucas pessoas têm oportunidade de continuar estudando agora [...].*” Segundo ela, as conquistas adquiridas até então, sobretudo, por conta da “*popularização do ensino superior*”, construíram uma perspectiva de futuro, já que “[...] *dava pra sonhar de alguma forma, só que agora isso caiu por terra completamente, né?*”. Há, portanto, uma preocupação dos militantes relatada em todas as entrevistas com a saúde mental dos jovens, cuja vulnerabilidade está escancarada neste contexto. Desta forma, “*parece que a pandemia acabou de tirar o direito ao futuro que a juventude negra tinha, que tava conquistando com muita luta*”.

A campanha “Periferia Viva” articulou, ao longo de 2020 e ainda em 2021, ações que encaminham visões de mundo correspondentes aos movimentos. Em uma de suas falas, Mohammed retoma uma leitura contemporânea das lutas encampadas pelo MST. O militante mostra a importância da união campo e cidade, pauta histórica que

ultrapassa as reivindicações por Reforma Agrária. Da mesma forma, a participação do Levante Popular da Juventude nesta empreitada ganha relevância, na medida em que reivindica a centralidade das ações direcionadas para as juventudes periféricas. Neste sentido, o alicerce oferecido pela cultura Hip Hop torna-se o eixo que organiza as ações que se desdobram durante a pandemia.

*O princípio dele [do Coletivo Vozes da Rua] era movimentar uma cena cultural, né, em torno da cultura hip hop, uma coisa mais artística, só que sempre com uma pegada política, uma pegada de politização e tudo mais, né, sempre com essa postura mais de militância e de trabalho de base, né? E, na pandemia, como a situação política brasileira, e sanitária, e ética, e econômica ficou mais tensa ainda, mais caótica ainda, teve mais barbárie ainda, né, o coletivo meio que se viu no papel de ampliar ainda mais a intensidade dele de trabalho de base, assim, de meter a mão na massa mesmo. (MOREIRA, 2021, grifo nosso).*

Claro está que o associativismo cultural é uma força importante para a organização das periferias brasileiras. Os linguajares do Hip Hop em todas as suas expressões caracterizam práticas de movimentos sociais, as quais se estruturam segundo a premissa de que “[...] a trajetória no estilo não está separada da vida” (DAYRELL, 2002, p. 127). A construção de uma intelectualidade oriunda da zona leste de Juiz de Fora conforma repertórios de ação, que se manifestam em performances e táticas, e que repercutem em ações que propõem diálogos institucionais e acadêmicos, e assumem caminhos autonomistas. De acordo com Adenilde, é possível tirar lições do contexto pandêmico, em que o Coletivo e os moradores do bairro Santa Cândida encabeçaram as principais ações para enfrentar as perdas trazidas pela pandemia.

*[...] Foi bom que o coletivo teve na linha de frente, tá na linha de frente, e tá ajudando, e tá significando muita coisa, pra muita gente aqui na Santa Cândida. E isso que eu achei bacana, que foi um ganho do coletivo e acho que, assim, é como o pessoal mais antigo que fala [...] nem tudo é perdido, nem tudo é ruim. Então, o lado bom, ruim, da pandemia foi essa quarentena, você se isolar dos outros, foi você ficar em casa de quarentena e as angústias que as pessoas sentem, as depressões que sentem dentro de casa. Mas por outro lado, a comunidade de certa maneira meio que despertou pra poder olhar o outro. E isso aí a gente deve ao coletivo Vozes da Rua e deve ao MST também.*

As práticas e formas de ação do Coletivo Vozes da Rua estão assentadas nos inúmeros eventos culturais, que incluem a rua, as escolas, a casa/sede do movimento, a universidade, entre outros espaços, e na construção de pautas reivindicativas amarradas pelas discussões sobre o racismo estrutural, a pobreza, a violência policial e o acesso à cidadania. A coalização de movimentos sociais que compuseram a frente de luta “Periferia Viva” torna-se um modelo organizativo que preza pela aglutinação de repertórios que confluem na conjuntura de calamidade pública. As frentes de luta abertas pelos movimentos abordados neste trabalho abraçam suas contradições, na medida em que sugerem possibilidades de ampliação das discussões internas.

### **3. Perspectivas Sobre a Construção dos Repertórios de Luta do Coletivo Vozes da Rua na Frente de Luta “Periferia Viva”**

As análises sobre a potência da sociedade brasileira engendraram uma agenda de estudos que partiu das lutas contra a ditadura militar e se desdobrou junto às formas de mobilização social na contemporaneidade. As possibilidades oportunizadas pelas mobilizações dos atores coletivos guardam especificidades importantes, que apontam para a heterogeneidade e insuficiência do termo “sociedade civil” para dar conta da diversidade de grupos, coletivos, entidades e demais grupamentos (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2008, p. 73). As dinâmicas das organizações civis estão no centro do debate sobre o longo processo de transição democrática e as perspectivas oferecidas pelas pesquisas sobre o tema abrem caminho para o estudo das transformações recentes nos territórios atravessados pelas relações intrínsecas entre desigualdades sociais e os avanços na cidadania brasileira.

Entre as décadas de 1970 e 1990, os estudos sobre as associações de bairro e movimentos de favela ganharam espaço substancial na literatura sobre associativismo (BOSCHI, 1987) e ação coletiva. Tais movimentos representaram uma novidade importante para o período de intensa reivindicação por participação democrática e direitos de cidadania. Os estudos conduzidos no período ainda são caudatários do dilema autonomia x institucionalização, que ganhou atualizações importantes nos últimos anos. Com a emergência dos novos atores sociais na cena pública (SADER, 1988), as noções dos termos democracia e cidadania foram questionadas e ampliadas, a partir do engajamento da militância (SOUZA, 2017) em torno de suas reivindicações mais importantes.

Neste sentido, as discussões sobre o associativismo em territórios periféricos têm imbricações com a produção de sociabilidades no território urbano. Se as classes populares até então estavam subrepresentadas nos estudos sobre ação coletiva, os movimentos organizados nas periferias e subúrbios passaram a ser considerados nas análises sociológicas a partir do conceito de “novos movimentos sociais”. A concepção desponta como um grande guarda-chuva analítico no campo dos estudos sobre movimentos sociais definidos pelas identidades e formas de vida que são, em grande medida, oriundas das lutas dos grupos minoritários (PICHARDO, 1997).

A formação de um campo de estudos sobre o associativismo articulado em contextos periféricos nos leva a pensar as formas de ação levadas a cabo pelos seus militantes. Um dos conceitos importantes para a análise que será conduzida a seguir é o de repertório de ações coletivas proposta por Charles Tilly (1977). Tilly descreve que os repertórios de ação são limitados para a população, dado o momento histórico. A partir da década de 1990, inspirado pelas Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 1989), Tilly acrescenta aos seus estudos a ideia de “repertório de confronto”, que trata os repertórios como sendo vinculados a atores em conflito. Conforme aponta Ângela Alonso (2012), “o conceito se torna relacional, iluminando a interação dos atores” (ALONSO, 2012, p. 25), gerando, portanto, os entendimentos, as práticas e estratégias compartilhadas que compõem os repertórios de ação dos movimentos sociais e demais atores coletivos.

Conforme apontam Pereira e Silva (2020), o conceito de repertório tem alcance relevante na literatura brasileira sobre movimentos sociais. A mobilização de tal ideia aparece relacionada às formas de ação nos repertórios dos movimentos, tais como a

incorporação de mecanismos de participação política institucional (PEREIRA; SILVA, 2020, p. 620), por exemplo. Os autores se questionam de que forma a ação coletiva ganha forma em determinado tempo e espaço. Assim sendo, torna-se fundamental analisarmos alguns aspectos dos repertórios e do caráter dos movimentos sociais citados nesta pesquisa.

A experiência do Levante Popular da Juventude e do MST remontam a discussões sobre o caráter institucionalizado/verticalizado de suas ações, ou ainda, a adoção de práticas autonomistas/horizontalizadas, bem como suas vinculações partidárias e ideológicas. Conforme análise de Antônio Júlio de Menezes Neto (2016), o MST experimentou aspectos que oscilaram entre a autonomia e a institucionalização, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao executivo federal, em 2002. Mesmo assim, desenvolve-se, no âmbito no movimento, aspectos autonomistas em diversas dimensões. No que diz respeito ao Levante Popular da Juventude, é importante considerá-lo como um movimento social que articula pautas encaminhadas pela Consulta Popular e demais questões por outros movimentos. A construção de sua atuação se dá no sentido de se estabelecer práticas horizontalizadas, mas que se organizam em torno de programa construídos nacionalmente, de modo unívoco, consoante com o que preconiza a Consulta Popular.

Entendemos, portanto, que as práticas de ambos os movimentos constituem possibilidades de luta a partir de dinâmicas que privilegiam a autonomia, mas que podem, em determinadas circunstâncias, dialogar com a institucionalidade. Tais processos de construção da cidadania estão em analogia com as práticas do Coletivo Vozes da Rua, as quais se mantêm pelo exercício da liberdade e independência na gestão de suas atividades, mas que de maneiras estratégicas, desenvolvem relações com o eixo governamental, sem perder de vista as fragilidades e ineficiências desta instância. Assim, de fato, temos uma experiência que se consolida com o “Periferia Viva”, na medida em que há um elogio frequente à autonomia e gestão dos territórios, de modo a constituir repertórios de luta que prezam por tais características.

A apropriação dos repertórios pelos militantes se dá a partir dos usos de certos linguajares, discursos e referências culturais que frequentemente são empregados nas suas formas de luta. No caso analisado nesta pesquisa, a militância cultural (GOMES, 2020) a partir do *Hip Hop* e seus elementos estruturam um repertório de lutas fundamental mobilizado pelo Coletivo Vozes da Rua. Das várias expressões artísticas que se desdobram como práticas democráticas, certamente a cultura *Hip Hop* desempenha um papel crucial na construção de um sujeito periférico engajado desde os fins da década de 1980. Sem retomar a gênese do movimento no Brasil e suas peculiaridades estéticas, elegemos o movimento *Hip Hop* como um vetor de transformações significativas e definitivas nas periferias do país, por ser considerada uma forma de confrontar discursos hegemônicos sobre a sociedade brasileira (CAMARGOS, 2015).

Em primeiro lugar, cabe ressaltar como as ações do Vozes da Rua se alinham às já citadas lutas engendradas durante o período da redemocratização. Em diversos momentos das entrevistas, há uma retomada das experiências progressas que moldaram as formas de ação coletiva amadurecidas desde então. Há convergências entre as primeiras lutas e o contexto contemporâneo, o suficiente para mobilizar afetos por vezes dispersos em uma conjuntura que pende para a desmobilização. Conforme aponta Adenilde Petrina,

*[...] Santa Cândida não tá morta. Basta é... cutucar que o Santa Cândida revive. Aquele espírito solidário, que ela tinha na época dos anos 70, na época das lutas pela água, esgoto, igreja, escola, então era todo mundo junto, então isso meio que renasceu com a ajuda das cestas básicas.*

As mobilizações em análise na pesquisa reivindicam a rua e as redes, assim como as possibilidades de inserção em territórios marcados pela ausência de políticas públicas e ações governamentais, inclusive no campo da arte e da cultura<sup>10</sup>. A despeito de tais conclusões, a participação dos militantes do coletivo em espaços institucionais e acadêmicos são constantes. A importância do *Coletivo Vozes da Rua* o incluiu definitivamente na agenda oficial de eventos culturais e artísticos de Juiz de Fora, boa parte deles em parceria com a Prefeitura. Mais do que apontar os vínculos entre o movimento e a política institucional, as articulações políticas construídas pelo *Coletivo* resultam em possibilidades reais de discussão acerca da invisibilidade da periferia nas políticas públicas de juventude e cultura na cidade de Juiz de Fora.

Em alguns trechos das entrevistas realizadas, os participantes se referem às práticas e formas de organização interna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como uma inspiração para o coletivo, com quem compartilham gramáticas que incorrem em ações conjuntas e semelhantes. As ações de enfrentamento à pandemia promovidas pelos movimentos sociais descritos no trabalho estão vinculadas a dinâmicas que encaminham para a arena pública leituras de mundo que propõem transformações estruturais. A prática pontual da entrega de alimentos e a realização de eventos culturais estão articuladas à luta antirracista, às discussões sobre a autonomia das comunidades, à defesa da agricultura familiar, entre outros princípios fundamentais que constituem os repertórios de luta do *Coletivo Vozes da Rua* e seus parceiros MST e Levante Popular da Juventude. Tais repertórios representam práticas importantes para a produção de saberes e estilos de militância baseados na horizontalidade, participação e solidariedade.

Ao nos perguntarmos sobre a estruturação das táticas de enfrentamento à pandemia propostas por movimentos sociais em territórios periféricos, fatalmente incluímos as discussões sobre o papel do Estado e a natureza das políticas públicas vigentes. Os efeitos provocados pelas fragilidades das iniciativas encaminhadas pelo Governo Federal são tomados como ponto de partida para a organização das ações de emergência durante a pandemia. A Interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021; AKOTIRENE, 2020), mobilizada como ferramenta analítica fundamental, estrutura uma prática que a levou em consideração as posições sociais dos atendidos nos territórios ocupados, assim como chama atenção para as questões de gênero e raça, as quais denotam parâmetros desiguais aos quais os indivíduos estão expostos.

De igual modo, as identidades construídas ao longo das duas últimas décadas pelo *Vozes da Rua* informam as reivindicações por políticas culturais (LIMA, 2013) que contemplem uma perspectiva interseccional, assim como corroboram as próprias ações levadas a cabo pelo coletivo. Neste sentido, conforme discutem Collins e Bilge, o *Vozes da Rua*, enquanto coletivo negro de Hip Hop do sul global, sustenta suas atividades a partir da ideia de que “[...] a consciência política coletiva emerge quando as pessoas se

<sup>10</sup> O Coletivo Vozes da Rua foi contemplado pela Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020), que previa um repasse no valor de R\$3 bilhões para os direcionada aos trabalhadores da cultura em todo o Brasil. Segundo Wenderson Marcelino, o “Zangão”, integrante do Coletivo e membro do Conselho Municipal de Cultura de Juiz de Fora, o dinheiro repassado pela Lei por meio de subsídios destinados a espaços artísticos e culturais (previstas em três parcelas no valor de R\$600) está no caixa e deverá ser utilizado na realização dos eventos vindouros (LOURENÇO, 2021, p. 10).

dão conta de que suas experiências de vida refletem experiências coletivas, e também que tanto a identidade individual como a coletiva são moldadas por forças mais amplas” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 195). No percurso da revisão das formas de produção de engajamento e dos saberes mobilizados na militância do coletivo Vozes da Rua, as reconstruções conceituais proporcionadas pelas críticas às epistemologias ocidentocêntricas e universalizantes levantam debates que apresentam visões de mundo prolíficas para os movimentos sociais que, cada vez mais, se inserem em discussões transnacionais (BRINGEL, 2011).

### Considerações Finais

A escrita deste texto envolveu uma série de percalços e sentimentos que emergiram durante a pandemia. Para mim e para os entrevistados, as conversas e entrevistas mobilizaram memórias de um tempo pregresso ainda muito presente nas nossas lembranças. Alguns entrevistados apresentaram suas angústias e o quanto elas estavam relacionadas à falta do público, das reuniões presenciais e das possibilidades de construção conjunta de projetos e, como foi dito por Adenilde algumas vezes, de um outro mundo. A entrega de alimentos ou a realização dos eventos culturais convergiam para uma leitura conjuntural que não perdeu de vista as perdas simbólicas, psíquicas e emocionais pelas quais passaram – e passam – os moradores das periferias de Juiz de Fora.

“O nosso bairro é a minha casa”. A fala de Adenilde sintetiza a importância do território e, conseqüentemente, das identidades forjadas pelas lutas e mobilizações sociais organizadas no bairro Santa Cândida desde a década de 1970. Mais do que o lugar, o contato, a proximidade e os laços de solidariedade representam o Coletivo Vozes da Rua. Ainda que a pandemia tenha nos condicionado ao cumprimento das regras básicas de isolamento, o que o Coletivo Vozes da Rua promoveu, por meio do *Agosto Negro* em formato online e, sobretudo, da campanha “Periferia Viva”, foi uma possibilidade real de engendrar novas cartografias e geografias constituídas entre a vida presencial e o ambiente virtual.

Por mais que a ideia de separação entre os espaços reais e virtuais seja obsoleta, nesse caso, há uma experiência nova para os militantes, que não vislumbravam transferir suas ações para as redes sociais. Ao contrário, há uma ênfase constante na natureza dos encontros face a face e as chances que se abrem a cada interação. Os trânsitos pelo pelas casas e a escola do bairro, um dos núcleos de referência dos moradores, ganhou sentido novo, já que os militantes atentaram para uma solidariedade e união de certa forma perdidas. A ida ao encontro dos moradores mais afetados pelas perdas econômicas causadas pela pandemia reacendeu uma vontade de mobilizar os moradores para que suas necessidades sejam atendidas e ouvidas.

Por fim, chamamos atenção para a construção dos repertórios de luta do Coletivo e dos movimentos sociais envolvidos na campanha Periferia Viva. A entrega de alimentos orgânicos junto com as cestas básicas integra o repertório deste grupo, que percebeu as potencialidades da aliança entre um assentamento rural e um coletivo negro de *Hip Hop* situado na periferia da cidade. A constatação da insuficiência do Estado também é uma marca deste repertório mobilizado, já que se tornou o ponto de partida para a organização das ações em curso. Outro elemento fundamental e que está no bojo do repertório de lutas do Vozes da Rua é a permanente formação intelectual dos seus integrantes. É notório, também, que a autonomia se tornou um elemento

central para os repertórios de mobilização dos movimentos citados, ainda que se tenha em vista a viabilidade de se conseguir recursos via editais de fomento ou a participação de circuitos de cultura via prefeitura.

O futuro vislumbrado pelos militantes está atravessado pelas perdas e derrotas momentâneas. O desânimo e a falta de perspectiva a curto e médio prazo denotam certo entendimento de que as ações são restritas e emergenciais. No entanto, as falas dos membros do Coletivo revelam, também, que a heterogeneidade das dinâmicas de ação oportunizadas pela pandemia serão facilmente incorporadas, tornando o mundo digital uma realidade mais palpável, capaz de formar redes com outros territórios em Juiz de Fora e no Brasil.

## Referências

- AGOSTO NEGRO-COLETIVO VOZES DA RUA. *Quem somos?* Juiz de Fora, 22 jul. 2014. Facebook: @agostonegrocvr. Disponível em: <https://www.facebook.com/agostonegrocvr.com.br/posts/671755302907425>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos plurais).
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- BOSCHI, Renato Raul. *A arte do associativismo: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.
- BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 16, n. 2, p. 185-215, 2011.
- CAMARGOS, Raul. *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 51, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002.
- FERRAZ, Claudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos em redes on-line. *Revista de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, jun./set. 2019.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, Simone. A cultura como alternativa: uma aproximação a partir de sociabilidades militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro. *Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 57-76, 2020.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WFM Martins Fontes, 2017.
- JUIZ DE FORA. *Lei Murilo Mendes: apresentação*. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta\\_funalfa/lmm/index.php](https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta_funalfa/lmm/index.php). Acesso em: 5 out. 2021.
- LAHNI, Claudia Regina. Breve histórico da Mega FM, uma rádio comunitária autêntica. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 6., 2008, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFF, 2008.
- LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 73-96, out. 2008.



LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 42, p. 41-65, 1 sem. 2017.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTURA JF. *Sobre*. Juiz de Fora, 23 set. 2019. Facebook: @levantējuventudejf. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/levantējuventudejf/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. *Nossa história*. Disponível em: <https://levante.org.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

LIMA, Juliana Domingos. Por que Paraisópolis se destaca no combate ao coronavírus. *Nexo Jornal*, São Paulo, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expesso/2020/07/01/Por-que-Parais%C3%B3polis-se-destaca-no-combate-ao-coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 1 mar. 2022.

LIMA, Vinícius Carvalho. Políticas culturais e juventude na periferia urbana: emancipação ou exclusão? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 2013, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

LOURENÇO, Joyce Louback. O associativismo cultural periférico como estratégia de enfrentamento à COVID-19: uma análise da atuação do Coletivo Vozes da Rua no Município de Juiz de Fora – MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20., 2021, Belém. *Anais* [...]. Belém: UFPA, 2021.

MARQUES, Vitor. **Sociedade dos poetas tortos**: a primavera periférica. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MENEZES NETO, Antônio Julio de. *Movimentos sociais e educação: o MST e o Zapatismo entre a autonomia e a institucionalização*. São Paulo: Alameda, 2016.

MORAIS, Mauro. Doutora Plurar, as vozes de Adenilde Petrina. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 11 jun. 2017. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/acervo/outras-ideias/11-06-2017/outras-ideias-com-adenilde-petrina.html>. Acesso em: 5 jan. 2022.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *O MST: nossa história*. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate. *Revista RUA*, Campinas, v. 2, n. 16, p. 111-126, 2010.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. **É tudo nosso!** Produção cultural na periferia paulistana. 2011. 213 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Farias. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e *performances*. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 615-645, maio/ago. 2020.

PETRINA, Adenilde. A caminhada é uma construção coletiva e a filosofia não se separa da vida... *Problemata*, Paraíba, v. 11, n. 2, p. 9-20, 2020.

PICHARDO, Nelson A. New social movements: a critical review. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 23, n. 1, p. 411-431, 1997.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKÅGEBY, Jörgen Rahm. Online ethnographic methods: towards a qualitative understanding of virtual community practices. In: DANIEL, Ben Kei. *Handbook of research on methods and techniques for studying virtual communities: paradigms and phenomena*. Sweden: IGI Global, 2011. p. 410-428.

SOUZA, Lilian Aparecida; CASSAB, Clarice. “Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui”: desigualdade e solidariedade nas periferias brasileiras. *Finisterra*, Lisboa, v. 55, n. 115, p. 105-111, 2020.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo. *Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2017.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Michigan: University of Michigan Press, 1977.

TOURAINÉ, Alan. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, v. 17, p. 5-18, 1989.

\*Minicurrículo da Autora:

**Joyce Louback Lourenço**. Doutora em Sociologia pelo Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2016). Docente junto ao Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: joycelouback@gmail.com.